

# Os *media* em Cabo Verde: percurso histórico e novas tendências

Silvino Lopes Évora\*

## Resumo

Com este artigo, propomo-nos fazer um mapeamento do campo dos *media* em Cabo Verde, dando a conhecer, levemente, o seu percurso histórico, desde a introdução da imprensa no arquipélago até às novas tendências registadas entre o final de 2006 e início do ano 2007, com o licenciamento de mais quatro canais de televisão em sinal aberto. Isto, depois da entrada em funcionamento do serviço ZAP TV, televisão por assinatura da Cabo Verde Telecom, e da preparação do terreno para a introdução no mercado de um novo serviço de televisão por cabo, desta feita, preparado pelos chineses da CVXTV, que prometeram democratizar o serviço da TV Cabo, uma vez que os preços praticados pela Cabo Verde Telecom não estão ao alcance da grande maioria dos cabo-verdianos.

**Palavras-chave:** Cabo Verde, comunicação social, jornalismo.

## Introdução

Fazer um apanhado dos *media* em Cabo Verde implica que conheçamos um pouco da história desse pequeno país com menos de meio milhão de pessoas residentes e mais de quinhentos anos de história, que se traduziram em cerca de cinco séculos de colonização portuguesa. Independente em 1975, Cabo Verde transitou da democracia revolucionária, que no decurso dos anos 80 estava a tornar-se numa ditadura, para a democracia pluripartidária entre 1990 e 1991. Esta incursão histórica, que iremos aprofundar no ponto que se segue, é muito importante para o conhecimento da estrutura de comunicação social no arquipélago.

Para além de traçar um percurso histórico do país, iremos tentar compreender um pouco da história da imprensa cabo-verdiana, tentando construir uma ponte entre um passado em que o mercado mediático nacional contava com poucos operadores, sobretudo no sector do audiovisual, e um futuro em que, a breve trecho, o país terá cinco canais de televisão generalistas e em sinal aberto, sendo que um será financiado pelo Estado e pela publicidade e os outros quatro vão viver exclusivamente da publicidade.

\* Doutorando em Ciências da Comunicação no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, na Universidade do Minho.

## 1. Resenha histórica

Descobertas em Maio de 1460 por navegadores portugueses, as ilhas de Cabo Verde iniciaram o seu povoamento dois anos mais tarde, uma vez que os descobridores não encontraram nenhum indício da presença humana no arquipélago. No entanto, existe uma outra corrente que fala na ocupação das ilhas antes da chegada dos portugueses, por fenícios, árabes, wolofes, entre outros. O que enfraquece esta linha argumentativa é a inexistência de qualquer documento que comprove que as terras cabo-verdianas foram pisadas por seres humanos antes do primeiro desembarque português (Silva: [www.governo.cv](http://www.governo.cv))<sup>1</sup>. O povoamento de Cabo Verde juntou duas raças distintas: os europeus e os escravos capturados na Costa da África. A maioria dos africanos que participaram no povoamento de Cabo Verde pertencia a etnias como Balanta, Papel, Bijagó e Mende, oriundas da Costa da Guiné-Bissau ([www.umassd.edu](http://www.umassd.edu))<sup>2</sup>.

Tendo em conta a sua posição privilegiada no meio do Atlântico, servindo-se como ponto de intercessão entre a Europa, a África e a América, durante um longo período, o arquipélago desempenhou um papel de extrema importância no processo de comercialização dos escravos. Para além de as ilhas terem servido de um entreposto comercial e de abastecimento na rota do Atlântico, a Igreja de Nossa Senhora do Santo Rosário, fundada na então Vila da Ribeira Grande, no ano 1495, foi importante para o processo de tráfico negreiro<sup>3</sup>, dado que era ali que os escravos capturados na Costa Africana eram baptizados, para que depois pudessem ser encaminhados para a Europa ou para a América ([www.portugalcaboverde.com](http://www.portugalcaboverde.com))<sup>4</sup>. Importa recordar que a Igreja de Nossa Senhora do Santo Rosário foi o primeiro local de culto e de adoração cristã em toda a África subsariana.

Ao longo de três séculos, a Vila da Ribeira Grande foi a capital das ilhas e teve um papel muito importante nos negócios que se desenrolavam na África subsariana. “Em 1533, data da aquisição do estatuto de cidade, a criação da diocese de Santiago e a construção de uma catedral tornaram Ribeira Grande na primeira cidade católica dos Trópicos. A sua vulnerabilidade aos ataques dos piratas levou à transferência da capital para a Vila da Praia de Santa Maria, em 1769. Esta ascendeu ao estatuto de cidade em 1858” ([www.portugalcaboverde.com](http://www.portugalcaboverde.com))<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Silva, in *site* oficial do Governo de Cabo Verde: <http://www.governo.cv/paishistoria.html>, consultado a 15 de Maio de 2006.

<sup>2</sup> Almeida, in <http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde/cvchronp.htm>, consultado a 15 de Junho de 2006.

<sup>3</sup> Em 1466, os colonos do Algarve, mediante solicitação, receberam da então Coroa Portuguesa autorização para irem comercializar escravos em Cabo Verde. Assim, três anos mais tarde, a Coroa emite o primeiro “contrato de concessão” para a compra e venda de escravos. Essas determinações vieram a ser reforçadas mais tarde. É que, em 1472, um Decreto Real acabou por conceder aos “moradores estantes” de Santiago o privilégio de “terem escravos, homens e mulheres, trabalhando para eles, permitindo-lhes viver e estabelecer-se melhor”. Portugal concedeu autoridade para o comércio em toda a África Ocidental excepto Arguim, na costa da Mauritânia (Almeida: <http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde/cvchronp.htm>, consultado a 20 de Junho de 2006).

<sup>4</sup> *Site* oficial da Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal/Cabo Verde: <http://www.portugalcaboverde.com>, consultado no dia 07 de Maio de 2006.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem.*

A abolição do comércio de escravos, em consonância com a deterioração das condições climatéricas em Cabo Verde, muito fustigadas pelas influências sahellianas, provocou uma erosão da economia cabo-verdiana, a partir do século XIX. Desta forma, e porque o país possui poucos recursos naturais e económicos, Cabo Verde entrou em decadência, passando a viver com base numa economia extremamente deficitária, tornando a luta pela subsistência a principal preocupação das suas populações.

Da fusão entre os europeus e os africanos, nasceu um povo com uma identidade própria, que ao longo dos tempos lutou para conseguir o seu espaço no mundo e para construir o seu próprio destino. Assim, na década de 50 do século passado, começou a luta conducente à independência do país a 5 de Julho de 1975, depois de cinco séculos sob o regime colonial português. Tudo isso começou em 1956, quando Amílcar Cabral criou o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC). Filho de pais cabo-verdianos, Cabral nasceu na Guiné-Bissau, pelo que aspirou tornar Cabo Verde e Guiné num único país. Assim, comandou uma prolongada luta política e armada em prol da independência dos dois povos, que aconteceu dois anos depois da sua morte. Mas as manifestações contra o regime colonial não ficaram só pelo campo das lutas armadas.

Quer através da escrita, quer através de outras formas de manifestação cultural, a partir da segunda metade do século passado, intensificaram-se as manifestações nacionalistas, que procuravam projectar Cabo Verde como um país com as suas características específicas. Em 1960, nasce um movimento de poesia revolucionária que edifica uma oposição clara ao colonialismo. Nomes como Ovídio Martins, Corsino Fortes, Onésimo Silveira, Abílio Duarte, constam na lista daqueles que decidiram usar a poesia para apurar a consciência popular e o debate público sobre as condições coloniais e a necessidade de mudança (Almeida: [www.umassd.edu](http://www.umassd.edu))<sup>6</sup>. Tudo isso acabou, como já referimos, com a desintegração do arquipélago do sistema colonial português, que conheceu o seu último abanão com a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974.

No seu preâmbulo, a Constituição da República de Cabo Verde (CRCV, de 1992) considera a proclamação da independência nacional como um dos momentos mais altos de toda a história da nação cabo-verdiana. “Factor de identidade e revitalização da nossa condição de povo, sujeito às mesmas vicissitudes do destino, mas comungando da tenaz esperança de criar nestas ilhas as condições de uma existência digna para todos os seus filhos, a independência permitiu ainda que Cabo Verde passasse a membro de pleno direito da comunidade internacional” (CRCV: 1992, 4).

A independência não coincidiu com a instauração de um regime pluralista e multipartidário. A partir de 1975, Cabo Verde e Guiné-Bissau seguiram uma estratégia política conjunta, sob a governação do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde). O ano de 1980 marcou a ruptura no projecto conjunto Guiné/Cabo Verde, dado que o golpe militar de 14 de Novembro do referido ano, que teve lugar na Guiné Bissau – engendrado por Nino Vieira –, destituindo o então

<sup>6</sup> Almeida: <http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde/cvchronp.htm>, consultado a 15 de Junho de 2006.

governante do PAIGC, Luís Cabral, não deixou espaço para a continuação do programa supranacional de governação adoptado depois da independência. A partir de então, Guiné e Cabo Verde passaram a ser dois países com administrações autónomas. Foi assim que surgiu o PAICV – Partido Africano para a Independência de Cabo Verde –, no ‘Congresso’ realizado no âmbito da ‘Conferência Nacional dos Militantes do PAIGC’, que passou a governar o país, sob o regime de partido único até 1991 (Fonseca, 1990).

As primeiras eleições livres multipartidárias tiveram lugar no dia 13 de Janeiro de 1991 e ficaram marcadas pela ascensão ao poder de um novo partido: o MpD (Movimento para a Democracia). Este partido governou durante duas legislaturas de cinco anos e, em 2001, devolveu o espaço de poder ao PAICV, que se encontra na sua segunda legislatura no âmbito do regime pluripartidário cabo-verdiano (II República). Em 1992, a Constituição determinava Cabo Verde como “uma República soberana, unitária e democrática, que garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e a inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça” (CRCV: 1992, 5). Foi assim posto fim à vigência da antiga Constituição Política da República de Cabo Verde, aprovada em Setembro de 1980 na IX Sessão Legislativa, do dia 5 de Setembro.

A Constituição da República de Cabo Verde inscreve-se na tradição das democracias ocidentais, que vão beber muito à Revolução Francesa e ao espírito revolucionário encarnado pelos pais fundadores da América, uma vez que consagra os princípios fundamentais e os direitos humanos como orientações determinantes (Évora, 2005). Por isso, é um diploma muito importante para a consagração dos direitos dos jornalistas e dos próprios cidadãos, que devem ter acesso a uma informação isenta, plural e séria. A partir de 1992, emergiu um novo panorama dos *media*, em Cabo Verde, contrariando, ainda que levemente, as práticas que sucederam durante o Regime Colonial e prolongando-se durante o regime de Partido Único, até à abertura política.

## 2. O contexto mediático cabo-verdiano

### 2.1. Panorama histórico dos *media*

Falar dos *media* em Cabo Verde é debruçar-se sobre um contexto particular de produção e difusão de conteúdos comunicacionais. Sousa (1992) considera que as características geográficas e económicas do país determinam a configuração do sistema mediático do país. O facto de tratar-se de um arquipélago com pouco mais de 4000 km<sup>2</sup>, que tem uma população residente que ronda meio milhão de habitantes e onde o índice de pobreza é ainda muito significativo, faz com que haja uma concentração das preocupações das pessoas em certas questões, deixando algumas temáticas, não menos importantes para o exercício da cidadania, fora dos horizontes das suas preocupações. Entre comprar um jornal por 100 escudos (cerca de 1 euro) e usar a mesma quantia para adquirir oito pães ou dois quilos de arroz, a maioria das famílias cabo-verdianas opta claramente pela segunda opção. Quando os produtos mediáticos concorrem com

necessidades tão prementes como a própria subsistência alimentar das pessoas, a possibilidade de crescimento do sector é muito débil.

### 2.1.1. A imprensa escrita

A imprensa entrou em Cabo Verde em 1836, através de uma ordenação da Pasta da Marinha e do Ultramar, do antigo império português. O Artigo n.º 13 do Decreto de 7 de Dezembro de 1836 determinava que “nas províncias ultramarinas se imprimisse um Boletim, que teria como redactor o secretário do Governo” (Oliveira, 1998: 17). Uma vez que, na altura, a imprensa ainda não tinha sido introduzida em Cabo Verde, era preciso levar a cabo todo o processo de implementação das tipografias. A 24 de Agosto de 1842, “começou-se a imprimir o Boletim Oficial, em Cabo Verde, tendo este país sido o primeiro da África Lusófona a receber a preciosa invenção de Gutenberg, devido à proximidade geográfica em relação à antiga metrópole” (Évora, 2006a: 3).

Através dos Correios, puderam ser introduzidas no país várias publicações internacionais e nos meados do século XIX começaram a surgir, em Cabo Verde, os Gabinetes de Leituras, onde as pessoas podiam inteirar-se da actualidade política nacional e internacional. Desta forma, em quase todas as ilhas do arquipélago, nasceram alguns Gabinetes de Leitura, cujos sócios recebiam colecções específicas de periódicos das mais diversas categorias. “Um desses gabinetes de leitura foi aberto na Praia em 1853, com estatuto devidamente aprovado, seguindo-se-lhe vários outros, em quase todas as Ilhas. Paralelamente aos gabinetes de leitura funcionavam grupos musicais e teatrais de bom nível, todos devidamente organizados. E é interessante notar-se que, da actividade dos grupos teatrais, resultou a construção do Teatro D. Maria Pia, na cidade da Praia, iniciada em 21 de Março de 1863 com o produto de contribuições em dinheiro e em materiais de construção” (Monteiro: [www.casadosjornalistas.blogspot.com](http://www.casadosjornalistas.blogspot.com))<sup>7</sup>.

Monteiro lembra o frade José Agostinho de Macedo, jornalista de talento e um dos mais célebres panfletários surgidos no calor das lutas liberais. “*A Tripa Virada, A Besta Esfolada, e O Cacete*, o último dos quais terá levado o escritor cabo-verdiano Pedro Monteiro Cardoso a fazer ressuscitar esse título através do jornal *O Manduco*, que fundou na Ilha do Fogo em 1922”, foram os principais títulos comandados por Macedo (Monteiro: [www.casadosjornalistas.blogspot.com](http://www.casadosjornalistas.blogspot.com))<sup>8</sup>. Por outro lado, Rodrigues Sampaio, um dos mais célebres jornalistas portugueses do seu tempo, importou para Mindelo o formato do então jornal português *O Espectro*, que era publicado nas ilhas com o mesmo nome e dedicava-se “‘à causa dos fracos contra os fortes, dos pequenos contra os grandes, dos oprimidos contra os opressores’”. *A Revolução de Setembro* é outro jornal de Sampaio, igualmente célebre pela violência com que defendia intransigentemente os direitos constitucionais” (Monteiro: [www.casadosjornalistas.blogspot.com](http://www.casadosjornalistas.blogspot.com))<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> Comunicação apresentada por Félix Monteiro no âmbito da Palestra de Comemoração dos 50 anos da *Revista Claridade*, organizada pela Associação dos Jornalistas Cabo-verdianos (in <http://casadosjornalistas.blogspot.com/2005/02/historia-dos-media.html>, consultado a 17 de Agosto de 2006).

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*.

O primeiro jornal cabo-verdiano, o *Independente*, nasceu no dia 1 de Outubro de 1877 e tinha a sua sede na Cidade da Praia. O periódico conheceu períodos de muitas dificuldades, sobretudo devido à situação de isolamento do país no meio do Atlântico, o que muito dificultava o abastecimento dos materiais necessários. Por outro lado, as condições climatéricas adversas não propiciavam (e nem propiciam) a produção de materiais como os papéis, pelo que tudo era (e é) importado do exterior. Deve levar-se em consideração ainda que na fase de arranque da imprensa cabo-verdiana, o país contava com apenas um tipógrafo, de quem dependia toda a produção de jornais. Quando este se encontrava doente, a produção ficava paralisada. “O desenvolvimento da imprensa cabo-verdiana foi muito lento na sua fase inicial (e em fases mais avançadas), sendo que, durante um longo período de tempo, não fazia mais do que o retrato dos assuntos que interessavam ao Governador” (Évora, 2006a: 3).

O Decreto de 29 de Março, que impunha restrições à imprensa periódica, ditou o fim do *Independente* em 1890. Entre a proclamação da República e a instituição da ditadura do Estado Novo, a imprensa cabo-verdiana conheceu alguns momentos de avanços e recuos. Com o colapso do regime ditatorial em 1974, seguido da independência nacional, a imprensa cabo-verdiana conhece um novo alento. Monteiro lamenta não terem ficado quaisquer vestígios dos primeiros jornais que foram publicados nas ilhas, tendo conseguido encontrar o primeiro número de *A Justiça* e os números 54 e 55 do semanário *A Imprensa* na Biblioteca Nacional de Lisboa.

No entanto, para além do *Independente*, há registo de existência de vários outros títulos como o *Correio de Cabo Verde*, que surgiu em Abril de 1880; o *Echo de Cabo Verde* nasceu em Abril de 1880; *A Imprensa* começou a ser publicado a 1 de Outubro de 1880; *A Justiça* iniciou a sua publicação em Abril de 1881; *O Protesto* teve o seu início em 4 de Fevereiro de 1883; *O Povo Praiense*, uma única edição, foi publicada no dia 13 de Julho de 1886, destinada especialmente à comemoração da chegada do governador João Cesário de Lacerda, “médico naval e dramaturgo conhecido e muito estimado em Cabo Verde, onde exercera as funções de secretário-geral na década anterior”; *O Praiense*, do ano 1889; *A Praia*, que seguiu *O Praiense*, ainda em 1889 (Monteiro: [www.casadosjornalistas.blogspot.com](http://www.casadosjornalistas.blogspot.com)).

A partir de 1899, começa aquilo que Monteiro considera a segunda fase da História da Imprensa cabo-verdiana, em que surgiram quatro jornais, todos na cidade do Mindelo, enquanto Praia conheceu um número único do *Jornal Cabo Verde*, especialmente destinado a assinalar a passagem do príncipe real D. Luiz Filipe por Cabo Verde, em 1907. Entre 1898 e 1902, sobreviveu o *Almanach Luso-Africano*, que tinha a revista *Esperança* como suplemento literário. O jornal era preparado na ilha de São Nicolau e a sua impressão era feita em Braga.

No Mindelo surgiram então a *Revista de Cabo Verde*, em 1899; *A Liberdade*, no dia 1 de Março de 1902; *A Opinião*, a 1 de Novembro de 1902; e *O Espectro*, a partir de 7 de Fevereiro de 1904 (Monteiro: [www.casadosjornalistas.blogspot.com](http://www.casadosjornalistas.blogspot.com)).

Muitas outras publicações ajudaram a construir a História da imprensa cabo-verdiana, entre as quais *O Recreio*, publicado entre 1811 e 1913 pelos alunos internos

do Seminário de São Nicolau; *O Mindelense*, editado pelos finalistas do Colégio Municipal; *A Voz de Cabo Verde*, *O Independente*, *O Futuro de Cabo Verde*, *O Progresso*, *A Tribuna*, *A Voz*, *O Popular* (Mindelo, 1914-1920), *Cabo Verde* (Mindelo, 1914-1920), *O Caboverdeano*, *A Acção*, *A Seiva* e *A Verdade* (publicados na Praia, de 1918 a 1922), *A Despesa* (1913), *O Manduco* (Fogo, 1923), *Notícias de Cabo Verde* (1931), *O Eco de Cabo Verde*, *Ressurgimento*, as revistas *Claridade* e *Certeza*, *Seló*, suplemento literário do jornal *Notícias*.

Depois da independência, seguiu o regime de Partido Único, onde se destacam o jornal *Terra Nova* e as revistas *Raízes* e *Ponto & Vírgula*. A abertura política reflecte-se no número e na qualidade dos órgãos de comunicação social, começando a surgir profissionais formados em escolas de jornalismo. Com o multipartidarismo, abriu-se uma nova página na História da imprensa cabo-verdiana, marcada pelo aparecimento do *Expresso das Ilhas* e sobretudo pela proliferação das rádios privadas.

### 2.1.2. O sector da radiodifusão

Nos anos trinta, a rádio começou a reivindicar o seu espaço no contexto mediático cabo-verdiano. Oliveira (1998) adverte que, tal como aconteceu com os jornais, a introdução da rádio em Cabo Verde deveu-se muito à iniciativa privada. O aparecimento da Rádio Nova inaugura uma nova fase para o sector da radiodifusão após a independência, com os privados a entrarem em força nessa área da comunicação social cabo-verdiana.

Apesar da importância da Rádio Nova, a História da radiodifusão cabo-verdiana começa muito antes do aparecimento desta estação católica. “Cabo Verde começa a ter emissões radiofónicas produzidas localmente na metade dos anos 40, mas já cerca de uma década antes a tecnologia da telefonia sem fios já era, para alguns, uma realidade e para outros uma reivindicação” ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>10</sup>.

Em Dezembro de 1934, o jornal *O Eco de Cabo Verde*, que vigorou entre 1933 e 1935, sugeriu aos Correios que brindassem a população com músicas proporcionadas por alguns dos seus aparelhos de rádio, nos dias em que não havia concertos de bandas musicais. Cerca de um mês depois, a mesma publicação relatava uma viagem de barco entre a ilha do Fogo e a de Brava, em que os passageiros escutaram concertos por rádio, numa experiência com o posto transmissor de bordo. Em 1935, com o início da guerra entre a Itália e a Abissínia, o *Notícias de Cabo Verde* esforçava-se para uma grande cobertura da guerra a partir da radiotelefonía ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>11</sup>.

O alvará n.º 2/945 permitiu a fundação da Rádio Clube de Cabo Verde (RCCV), no decorrer do ano 1945. “Em Maio desse ano, após a publicação dos estatutos no Boletim Oficial, a direcção faz circular uma carta convidando as pessoas a darem o seu apoio à iniciativa, tornando-se sócios-fundadores” ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>12</sup>. Em Maio

<sup>10</sup> Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=68&Itemid=148](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=148), consultado a 16 de Agosto de 2006.

<sup>11</sup> *Idem*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=68&Itemid=148](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=148), consultado a 16 de Agosto de 2006.

<sup>12</sup> *Idem*, [http://www.paralelo14.com/p14/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=69](http://www.paralelo14.com/p14/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=69), consultado a 16 de Agosto de 2006.

de 1950, a RCCV já era um órgão de comunicação com alguma visibilidade, remando contra ventos e marés até à altura da independência. A 21 de Junho de 1947, a Rádio Clube do Mindelo inaugura as suas emissões, que iam para o ar às terças, quintas, sábados e domingos, das 18h às 19h30. Dois anos depois, também no Mindelo, surgia a Rádio Pedro Afonso, que emitia às terças, quintas e domingos, das 20h às 22h. Em 1955, nasceu a Rádio Barlavento que, segundo Jorge Barbosa, levaria “as nossas mornas e as nossas poesias (e) o arquipélago enviaria a sua melhor e a sua mais simples mensagem a outras terras e a outros povos” ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>13</sup>.

A RCCV, “considerada corporação de utilidade pública após cinco anos de actividades (*Boletim*, Junho de 1950), foi mesmo apoiada financeiramente pelo Governo, com verba saída do Orçamento Geral da Metrópole, como dá conta o *Boletim* de Julho de 1954. Vinte anos mais tarde, no período de transição para a independência, os militantes do PAIGC tomam o poder na Rádio Barlavento, em S. Vicente. Tirar a emissora das mãos de quem alinhava com o poder colonial constituiu na altura, para além das suas implicações concretas na mobilização da população, um acto politicamente simbólico, e também revelador da importância deste veículo” ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>14</sup>. A Rádio Barlavento deu lugar à Rádio Clube de São Vicente que, junto com a RCCV (da Praia), vieram formar a Rádio Nacional de Cabo Verde, hoje RCV.

### 2.1.3. A televisão e os meios digitais

A ampliação do espaço comunicativo em Cabo Verde não se ficou pela rádio. Em 1984, começaram as primeiras emissões da TEVEC (Televisão Experimental de Cabo Verde), que, posteriormente, passou a chamar-se TNCV (Televisão Nacional de Cabo Verde), evoluindo depois da abertura política para a RTC (Radiotelevisão Cabo-verdiana), vindo agora parar na TCV (Televisão de Cabo Verde). A chegada da RTP África, em 1995, também foi um passo importante para a televisão cabo-verdiana, uma vez que o canal português conseguiu cobrir o grande vazio televisivo que a estação nacional não consegue preencher.

Entretanto, convém destacarmos também o surgimento da imprensa digital, que teve lugar nos finais da década de 90. O jornalismo digital cabo-verdiano contou sobretudo com o impulso e o dinamismo da população residente no exterior, especialmente nos Estados Unidos. Os primeiros jornais digitais começaram a ser editados fora do país, havendo representantes em Cabo Verde que se encarregavam de escrever as notícias relacionadas com a actualidade do país e enviar para a sede do órgão de comunicação. Posteriormente, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação no país, a imprensa digital cabo-verdiana começou a deslocar-se da diáspora para o interior do arquipélago. Hoje, temos jornais como *A Semana On-line* ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv)), *Expresso das Ilhas* ([www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv)), *Paralelo14* ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com)) e *Liberal* ([www.liberal-caboverde.com](http://www.liberal-caboverde.com)), cujas redacções estão fixa-

<sup>13</sup> *Idem*. [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=71&Itemid=148](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=71&Itemid=148), consultado a 16 de Agosto de 2006.

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*.



das na Cidade da Praia. No caso da rádio, contamos com dois órgãos com uma boa presença na Internet: PraiaFM ([www.praiafm.biz](http://www.praiafm.biz)) e CrioulaFM ([www.crioulafm.cv](http://www.crioulafm.cv)). As emissões da Rádio Comercial, da Rádio de Cabo Verde e da Mosteiros FM também estão disponíveis através da plataforma digital da Cabo Verde Telecom ([www.nave.cv](http://www.nave.cv)). A TCV conta, desde 2005, com um *site* (<http://www.tcv.cv/portal/index.php>), que só a partir de 6 de Fevereiro de 2007 começou a disponibilizar conteúdos. Em Setembro de 2006, a televisão pública assinou um acordo de parceria com a TudoDirecto.Com, operadora da área da Internet e do comércio electrónico, que visa disponibilizar os conteúdos informativos da estação televisiva na Internet ([www.tudodirecto.com](http://www.tudodirecto.com))<sup>15</sup>.

## 2.2. Cenários e actores mediáticos

Considerada por Sousa (1993) e testemunhada por várias instituições internacionais como Repórteres Sem Fronteiras e Freedom House como uma excepção nos PALOP em termos de liberdade de imprensa, realça-se que a paisagem mediática cabo-verdiana, apesar das limitações do país, é caracterizada por uma diversificação dos meios de oferta: imprensa escrita, estações radiofónicas, canais de televisão e jornais digitais. No entanto, alguns desses mecanismos de disseminação de conteúdos ainda se encontram numa fase incipiente. Se a publicidade é um elemento fundamental para a sobrevivência das empresas de comunicação social, especialmente as privadas, em Cabo Verde, o volume de publicidade ainda não cativa muitos investidores para este sector de actividades. Por isso, não há um único diário em Cabo Verde. O mercado é pequeno, a indústria é deficiente, a concorrência não é muita e as empresas alheias à comunicação social relegam a publicidade para o plano secundário.

No sector bancário, por exemplo, durante muito tempo, o país só contava com o BCA (Banco Comercial do Atlântico), que até hoje detém a maior quota do mercado. Posteriormente, vieram a surgir outras instituições financeiras. A nível das redes de electricidade e distribuição de águas, a Electra, para além de ter monopólio, está longe de conseguir responder às demandas da população. Quanto ao domínio das telecomunicações, o monopólio está entregue à Cabo Verde Telecom, sendo que o Governo de José Maria Neves conseguiu um acordo com a telefónica nacional para a entrada de um novo operador nas telefonias móveis. Na área dos transportes aéreos, vigora o duopólio TAP (PT) / TACV (CV), estando previsto para 1 de Março de 2007 a entrada de uma nova companhia aérea (Halcyon Air), que vai quebrar o monopólio da transportadora nacional nas viagens entre as ilhas ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>16</sup>. A gestão e a manutenção dos portos estão entregues à Enapor. Os sectores do gás e dos combustíveis são explorados oligopolisticamente pela Shell e pela Enacol. Ora, numa situação dessas, quem é que quererá despende dinheiro com publicidade? Os gastos publicitários tornam-se quase desnecessários, uma vez que a concorrência entre as maiores empresas que operam no mesmo sector de actividade é praticamente nula.

<sup>15</sup> TudoDirecto.Com: [http://www.tudodirecto.com/td/index.php?option=com\\_content&task=view&id=68&Itemid=56](http://www.tudodirecto.com/td/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=56), consultado a 15 de Novembro de 2006.

<sup>16</sup> Site oficial do jornal *A Semana*: [http://www.asemana.cv/article.php?id\\_article=22231](http://www.asemana.cv/article.php?id_article=22231), consultado a 25 de Janeiro de 2007.

### 2.2.1. O projecto *A Semana*

Desde a introdução da imprensa em Cabo Verde, em 1836, o país contou com um único jornal diário (*Diário de Cabo Verde*), que surgiu a 11 de Janeiro de 1956, tendo ‘morrido’ logo na primeira edição. Até hoje, não conta com nenhuma imprensa diária, senão a sustentada pela Internet. *A Semana*, considerado próximo do PAICV, é o jornal mais consistente que existe no país e surgiu há pouco mais de 15 anos. Filomena Delgado é quem está à frente deste periódico, desde 1994, quando substituiu Jorge Soares (actualmente nos EUA), três anos após o nascimento da publicação. A empresa que gere o jornal, para além desse semanário impresso e do portal [www.asemana.cv](http://www.asemana.cv), lançou no dia 6 de Julho de 2006 um magazine com o título *A Revista*, numa clara luta pela procura de dimensão ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>17</sup>. A revista marcou a comemoração do 15.º aniversário do semanário, evento que culminou ainda com a abertura da delegação de São Filipe, Ilha do Fogo, no dia 26 de Maio de 2006, em que o jornal *A Semana* manifestou a vontade de cobrir, “de forma mais próxima e dedicada, a informação noticiosa na região Fogo-Brava” ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>18</sup>. Claramente o jornal de maior audiência, a nível nacional, *A Semana* conta com vários suplementos semanais, entre os quais o *A Semaninha*, dedicado ao público infantil; o *Cifrão*, suplemento sobre economia; ou o *Kriolidadi*, dedicado à cultura.

### 2.2.2. O grupo do Estado

Em 1988, o então Governo de Cabo Verde criou o jornal *Horizonte*, cuja linha editorial tende a seguir as mudanças políticas que se registam no arquipélago. Tal como a maioria dos jornais impressos do país, o *Horizonte* é um semanário. Pertencente ao Estado de Cabo Verde, a publicação integra a empresa que gere a única agência noticiosa do país – a Inforpress. “A Inforpress, E.P., foi criada a 9 de Fevereiro de 1998, através do Decreto-Regulamentar n.º: 1/98, de 9 de Fevereiro, como resultado da fusão de duas empresas distintas e extintas: a Editora Cabo Verde S.A.R.L., proprietária do então *Novo Jornal de Cabo Verde*, e a Agência Noticiosa cabo-verdiana, designada abreviadamente por Cabopress, tendo como objecto fundamental a produção e divulgação de uma informação que seja actual, verdadeira, rigorosa e completa sobre os acontecimentos da vida nacional e internacional” ([www.inforpress.cv](http://www.inforpress.cv)).

Posteriormente, a Inforpress foi transformada, através do Decreto-Regulamentar n.º 4/2000, de 24 de Abril, numa Sociedade Anónima Unipessoal, o que implicou determinadas adaptações, nomeadamente em relação à denominação da empresa (passando de Inforpress, E.P. para Inforpress, S. A.), ao elenco, composição, competência e articulação dos seus órgãos. A partir de então, a intervenção do governo deixou de ser feita através da tutela, passando a ser feita através da Assembleia-Geral e do Conselho Fiscal ([www.inforpress.cv](http://www.inforpress.cv)).

Claramente o maior operador do sector da comunicação social, o Estado tem ainda a tutela da Televisão de Cabo Verde (TCV), da Rádio de Cabo Verde (RCV) e da Rádio

<sup>17</sup> *Idem*: [http://www.asemana.cv/rubrique.php?id\\_rubrique=235](http://www.asemana.cv/rubrique.php?id_rubrique=235), consultado a 16 de Agosto de 2006.

<sup>18</sup> *Idem*: [http://www.asemana.cv/article-imprim.php?id\\_article=17151](http://www.asemana.cv/article-imprim.php?id_article=17151), consultado a 11 de Agosto de 2006.

Educativa. A RCV, estação de serviço público de radiodifusão, é um dos mais credíveis órgãos de informação do país e a Rádio Educativa é um exemplo na prestação de serviço público, servindo-se como meio de difusão de conhecimento e mecanismo para materializar o projecto de formação à distância do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. Este projecto de educação através da radiodifusão é de capital importância para um país fragmentado em várias ilhas dispersas no meio do oceano.

A televisão nacional foi fundada em 1984, com o nome de TEVEC [Televisão Experimental de Cabo Verde] que, de acordo com Sousa (1992), foi financiado pelo Governo português. Com uma emissão diária de poucas horas, a TEVEC era uma estação muito amadora, marcada sobretudo por diversas falhas técnicas. Podemos considerar que o período da TEVEC foi o momento em que se formaram os primeiros profissionais da televisão em Cabo Verde. Passando do regime experimental, a televisão cabo-verdiana foi baptizada de TNCV [Televisão Nacional de Cabo Verde]. Depois da abertura política, o Governo liderado por Carlos Veiga levou a cabo o processo de reestruturação dos órgãos de comunicação públicos, juntando a então Rádio Nacional de Cabo Verde e a antiga TNCV numa única empresa, chamada de RTC. O processo de fusão entre as duas empresas audiovisuais do sector público fez com que a rádio passasse a ser chamada de RTC FM e a televisão ficou com o nome de RTC. O primeiro Governo de José Maria Neves, que fez com que o PAICV voltasse ao poder na legislatura de 2001-2006, prometeu “reformular e modernizar o sector público da Comunicação Social, procurando a desejada normalidade de funcionamento num contexto de rigor e autonomia”, acrescentando ainda que iria levar a cabo um “plano de redimensionamento dos quadros e serviços da RTC, S.A. e da Inforpress, S.A., bem como a reestruturação económica e financeira das mesma” (Resolução n.º 5-A de 2001, de 13 de Março; Boletim Oficial, I Série, n.º 6 Programa do Governo). Em 2004, houve uma pseudo-reestruturação “dos *media* do Estado, com definição dos contratos de prestação de serviços para a RCV, TCV e o Estado” (*A Semana*, edição de 31 de Dezembro de 2004). Entretanto, a única grande mudança que houve na RTC depois do regresso do PAICV ao poder foi a separação editorial entre a rádio e a televisão do Estado, ficando ligados administrativamente, através do Conselho de Administração da Rádio-Televisão Cabo-verdiana.

### **2.2.3. A presença da Igreja Católica nos *media***

No início dos anos 60, o Padre Pio Gotin fundou o boletim *Repique do Sino*, que era lido tanto em Cabo Verde como na emigração. Seguidamente, em Abril de 1975, surgiu o jornal *Terra Nova*, com incursões, não só na área religiosa, como também em várias vertentes sociais e políticas ([www.radionovaonline.com](http://www.radionovaonline.com))<sup>19</sup>.

Para além do *Terra Nova*, os padres capuchinhos são também proprietários da Rádio Nova, Emissora Cristã. Nos finais dos anos 70, os capuchinhos apresentaram

<sup>19</sup> Site oficial da Rádio Nova: <http://www.radionovaonline.com/2.htm>, consultado a 16 de Agosto de 2006.

ao então Ministro da Justiça um pedido de criação de uma rádio, cuja resposta foi negativa, tendo o ministro invocado o facto de as leis de então não permitirem a existência de rádios privadas, mesmo sendo da Igreja. Os católicos não desistiram da ideia e tendo verificado, nos finais da década de oitenta, sinais de mudança a nível de regime, começaram a trabalhar no projecto. “Em 1990, o regime do partido único anuncia abertura política e em 1991 têm lugar as primeiras eleições livres e democráticas no país. Nenhum impedimento de ordem política ou jurídica impedia o projecto de avançar. Em 17 de Dezembro de 2002, a Rádio Nova mandou para o ar e para todas as ilhas os seus primeiros programas” ([www.radionovaonline.com](http://www.radionovaonline.com))<sup>20</sup>. No entanto, 2002 é o ano em que a Rádio Nova comemorou uma década de existência, já que as suas primeiras emissões se iniciaram desde 1992.

#### 2.2.4. Projectos isolados

No mesmo ano em que nasceu o jornal *A Semana* (1991), nascia também o bimestral *Artiletra*, “o único periódico inteiramente dedicado à cultura no espaço africano de língua portuguesa, e a sua longevidade, por muitos considerada um ‘milagre’, é obra de Larissa Rodrigues, russa de nascimento, mas cabo-verdiana de adopção e coração” ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>21</sup>. Deve levar-se em conta que o jornal *Artiletra*, durante estes dezasseis anos, ultrapassou várias dificuldades, tendo conhecido alguns momentos de interrupção. Como publicação sobre a arte, a ciência, a cultura e a educação, o *Artiletra* é o mais importante mecanismo de veiculação cultural do país. A par do jornal *Artiletra*, realça-se a *Revista Mindelact*, que conheceu o seu n.º 0 em 1997 e procura “ser um instrumento ao alcance dos agentes teatrais e do público em geral, para o conhecimento e divulgação do teatro que se faz dentro das nossas ilhas e fora delas, bem como para o aumento do conhecimento e de técnicas básicas da arte cénica” ([www.mindelact.com](http://www.mindelact.com))<sup>22</sup>.

Em 1991, quando surgiram os jornais *A Semana* e *Artiletra*, Cabo Verde contava com vários títulos, entre os quais, *Voz di Povo*, *Tribuna*, *Notícias*, *Terra Nova*, *Opinião* e *Agaviva*. A maioria dessas publicações acabou por desaparecer, dando lugar a outros projectos editoriais, que também acabaram por sair de circulação. São os casos de *Já*, *Novo Jornal Cabo Verde*, *O País* e *O Cidadão* ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>23</sup>.

Hoje, para além de *A Semana*, *Horizonte* e *Artiletra*, o país conta com o *Expresso das Ilhas*, propriedade da Media Comunicações S.A., que possui o portal [www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv). Em 2001, com o regresso do PAICV ao poder, o *Expresso das Ilhas* surgiu com uma postura muito crítica e uma linha bastante próxima do MpD. Percebe-se, sem grande esforço, que as divergências entre os semanários *A Semana* e *Expresso das*

<sup>20</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>21</sup> Site oficial do jornal digital *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1723&Itemid=88](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=1723&Itemid=88), consultado a 16 de Agosto de 2006.

<sup>22</sup> Site oficial da Associação Artística e Cultural Mindelact: <http://mindelact.com/edicoes.htm>, consultado a 16 de Agosto de 2006.

<sup>23</sup> Site oficial do jornal *A Semana*: <http://www.asemana.cv/PDF/asemana-757.pdf>, consultado a 16 de Agosto de 2006.

*Ilhas* ultrapassam a luta pela quota do mercado. Por outro lado, não podemos deixar de fora a publicação mensal *Terra Nova*, a mais antiga, que conta já quase 32 anos de existência.

O terreno da rádio também conheceu algumas movimentações. Em 2002, surgiu, na Ilha do Fogo, a rádio Mosteiros FM, que procura abarcar as ilhas de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava). Propriedade de John Monteiro, ex-emigrante nos EUA, a rádio Mosteiros FM melhorou as suas transmissões, a partir do momento em que a Electra disponibilizou “a energia eléctrica à estação de retransmissão de Monte Barro (São Filipe), que passou a funcionar de forma autónoma” ([www.nave.cv](http://www.nave.cv))<sup>24</sup>.

A ilha de Santiago conta actualmente com várias estações radiofónicas. A Praia FM, estação dedicada quase exclusivamente à música, a Rádio Ponta d'Água, emissora comunitária dos arredores da capital cabo-verdiana, Rádio Comercial, estação privada generalista, e a Crioula FM, propriedade da Igreja Universal Reino de Deus, que surgiu em 2004. No dia 3 de Agosto de 2006, a Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro, da Qualificação e do Emprego, Sara Lopes, inaugurou a Rádio Voz de Santa Cruz, no município Santa Cruz, interior de Santiago. “A Rádio Voz de Santa Cruz surgiu de uma parceria entre o Centro de Iniciativa Juvenil Katchás, a ONG francesa ‘Dia’ e a Câmara Municipal de Santa Cruz” ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>25</sup>. Devemos lembrar ainda uma experiência da Paróquia da Santo Amaro Abade, município do Tarrafal, que, no decurso da década de 90, começou a emitir algumas horas de manhã e à tarde, numa estação que dava pelo nome de Rádio Graciosa. A aventura deveu-se à iniciativa do Padre Santana, mas a rádio que era ouvida até Serra Malagueta (fronteira entre os Concelhos de Tarrafal e Santa Catarina) não durou muito tempo e durante a sua existência não transmitiu mais do que alguns programas religiosos.

Cabo Verde conta ainda com a Rádio Morabeza, uma estação regional de São Vicente, e no dia 31 de Julho de 2005 nasceu, em Santo Antão, a Rádio Comunitária para o Desenvolvimento da Mulher, programada pela Liga dos Amigos do Paul (AMIPAUL), com o apoio do PNUD ([www.paralelo14.com](http://www.paralelo14.com))<sup>26</sup>. A rádio comunitária de Santo Antão foi definida pelos seus promotores como um mecanismo que visava “ajudar as associações locais de desenvolvimento comunitário na divulgação de mensagens ligadas às suas preocupações quotidianas bem como nas diversas campanhas de sensibilização, nomeadamente sobre o combate à droga e ao HIV/Sida” ([www.panapress.com](http://www.panapress.com))<sup>27</sup>.

No dia 10 de Junho de 2006, foi inaugurada a primeira rádio comunitária da Ilha da Brava, instalada por técnicos do concelho de Batalha (Portugal). “A rádio comuni-

<sup>24</sup> Site oficial da Cabo Verde Telecom: <http://www.nave.cv/cvtelecom/xmlthisnews.asp?notid=31032006181830736brava%5Finforpress&catid=brava%5Finforpress>, consultado a 15 de Maio de 2006.

<sup>25</sup> Site oficial do jornal *A Semana*: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=19057](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=19057), consultado a 03 de Agosto de 2006.

<sup>26</sup> Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1062&Itemid=51](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=1062&Itemid=51), consultado a 17 de Agosto de 2006.

<sup>27</sup> Site oficial da Agência Pana: <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por022923&dte=01/08/2005>, consultado a 17 de Agosto de 2006.

tária é uma oferta da Câmara Municipal da Batalha, com a qual o município da Brava está geminado, e da ONG ‘Santa Maria da Vitória’” ([www.liberal-caboverde.com](http://www.liberal-caboverde.com))<sup>28</sup>. As emissões da RDP África e da RFI Afrique, que transmitem em português e em francês, respectivamente, são ainda outros importantes contributos para a paisagem radiofónica cabo-verdiana. Destacam-se ainda as parcerias que algumas rádios internacionais, com emissões em língua portuguesa, estabelecem com rádios nacionais que retransmitem as suas emissões para o território nacional em FM. É o caso das parcerias entre a BBC e a Rádio Nova e entre a Voz da América e a Rádio Comercial. Desde 23 de Agosto de 2006, uma parceria entre a Deutsche Welle e a Rádio Educativa fez com que a emissão em língua portuguesa daquela estação alemã pudesse ser retransmitida pela emissora cabo-verdiana.

Devemos lembrar ainda que todas as rádios cabo-verdianas emitem unicamente em frequências FM, dado que o sistema AM não é usado no país. Normalmente, os programas são emitidos em português, mas actualmente verifica-se o predomínio do crioulo em várias estações radiofónicas, sobretudo as que apostam no entretenimento. Os jornais impressos e digitais, regra geral, também são escritos em português.

### 3. Momento de viragem: novas tendências

De um cenário em que a comunicação social é dominada pelo Estado, que tinha até há bem pouco tempo o controlo da única televisão nacional, desenha-se um panorama em que o domínio dos *media* se transfere para o sector privado. Depois da abertura ao sistema democrático, houve um domínio dos operadores privados, a nível da imprensa escrita e da rádio. Neste último sector, os privados entraram com alguma força, mas, nas estações privadas – para além da Rádio Nova e da Rádio Comercial –, a informação não assume como a orientação estratégica.

O terreno da televisão, em que o Estado era o único operador nacional até ao início de 2007 – embora houvesse a delegação da RTP África e as emissões da CFI que foi substituído pelo TV5 Afrique –, sofreu uma grande alteração com o licenciamento de novos canais de televisão. Este processo de aparecimento de novas estações televisivas vem na sequência das reivindicações da população que, ao longo dos anos, tem vindo a criticar a postura da televisão pública. Não conseguindo mais do que cinco horas de emissão diária, a TCV estava longe de conseguir satisfazer as necessidades da população cabo-verdiana. O Governo de José Maria Neves tentou algumas alternativas para superar o deficiente serviço que a estação pública presta aos cidadãos. Por isso, espalhou antenas parabólicas por quase todas as Câmaras Municipais, proporcionando aos cidadãos um acesso gratuito aos canais de televisão internacionais, em desconcerto com a própria Lei da Televisão. Nesta sequência, surgiu um canal na ilha

<sup>28</sup> Site oficial do jornal *Liberal*: <http://www.liberal-caboverde.com/index.asp?IdEdicao=50&idSeccao=482&id=7937&Action=noticia>, consultado a 17 de Agosto de 2006.

de São Vicente – a TVP, cuja propriedade era de Carlos Pulu – que emitia através de antenas parabólicas.

Antes do início dos jogos do Mundial de 2006, a TCV emitiu um comunicado a reivindicar a exclusividade da transmissão dos jogos, num claro recado ao canal de Carlos Pulu. A própria Direcção-Geral da Comunicação Social (DGCS) dirigiu uma carta ao proprietário da TVP, impedindo-o de retransmitir os jogos do mundial, dado ser da exclusividade da televisão pública. Carlos Pulu exigiu à TCV, através da DGCS, uma cópia do alegado contrato de exclusividade para que ficasse provado o direito à exclusividade. “Até agora não me enviaram nada, e nem vou pedir mais”, pelo que Pulu continuou a sua retransmissão ([www.expressodasilhas.cv](http://www.expressodasilhas.cv))<sup>29</sup>. A TVP acabou por brindar os mindelenses com a retransmissão dos jogos do Mundial de 2006, abrindo uma guerra com a DGCS que, em Agosto de 2006, intentou um processo-crime contra o seu proprietário. No dia 30 de Junho de 2006, Carlos Pulu recebeu uma nota do DGCS que ordenava o encerramento “imediate das emissões da referida televisão” por incumprimento de uma directiva daquela instituição.

No entanto, uma questão fica: se quem deve fiscalizar e zelar pelo cumprimento da lei se junta ao rol dos infractores, que fazer? Esta pergunta é feita pelo jornalista Eduino Santos e faz muito sentido no actual panorama televisivo em Cabo Verde. É que, se por um lado, o Governo mandou fechar a TVP por não estar em conformidade com a lei, por outro, o próprio Governo encarrega-se de desafiar o ordenamento jurídico nacional e internacional, instalando antenas parabólicas em vários pontos do país, com retransmissões em sinal aberto. Porém, devemos lembrar que as retransmissões através das parabólicas não convivem bem com o projecto ZAP TV, da Cabo Verde Telecom que, a partir do segundo semestre de 2006, começou a comercializar a TV por Cabo. Utilizando o sistema “Triple Play”, que integra a televisão, o telefone e a Internet banda larga (ADSL) no mesmo fio de cobre, a Cabo Verde Telecom (CVT), que começou pela Ilha de Santiago e Sal, pretende alargar o produto a todas as ilhas de Cabo Verde, mas contará, brevemente, com o serviço de TV por assinatura dos chineses da CVXTV. Em Outubro de 2006, a administração da CVXTV prometia, para Dezembro do mesmo ano, a comercialização do serviço da televisão por cabo, prometendo “excelente qualidade”, preços “acessíveis” a qualquer família cabo-verdiana e um pacote básico de 21 canais que integram entretenimento, desporto, notícias, música, desenhos animados, televisão para adultos e filmes ([www.liberal-caboverde.com](http://www.liberal-caboverde.com))<sup>30</sup>.

No segundo semestre de 2006, o Governo lançou um concurso para a atribuição de licenças para a emissão televisiva em sinal aberto. Até inícios de Novembro do mesmo ano, apenas a Record Cabo Verde, filial da brasileira Rede Record, e a TIVER, um consórcio luso-cabo-verdiano, tinham-se apresentado ao concurso. O prazo foi alargado para o dia 24 do mesmo mês e, no fim, conheciam-se seis candidatas. Para além

<sup>29</sup> Site oficial do jornal *Expresso das Ilhas*: [http://www.expressodasilhas.cv/c\\_base.php?gc=Ver%20noticia&id=1512](http://www.expressodasilhas.cv/c_base.php?gc=Ver%20noticia&id=1512), consultado a 9 de Agosto de 2006.

<sup>30</sup> Site do jornal digital *Liberal*: <http://www.liberal-caboverde.com/index.asp?idEdicao=50&id=10152&idSeccao=534&Action=noticia>, consultado a 15 de Janeiro de 2006.

dos dois canais mencionados, concorreram também a Rádio-Televisão Independente (RTI), do empresário cabo-verdiano Jorge Spencer Lima, a Media Press, dos empresários Hermínia Moura e Apolinário Neves, a TV Lakakan, do empresário Giordânio Custódio, e a Nós TV, do emigrante Mário Vaz. No dia 25 de Janeiro de 2007, o Governo fez saber que a TV Lakakan e a Media Press foram excluídos, concedendo, por um período de quinze anos, quatro licenças televisivas: TIVER, Record Cabo Verde e RTI vão emitir a nível nacional e Nós TV vai ser um canal regional, abrangendo as ilhas de Sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava), conforme o projecto delineado pelo empresário Mário Vaz ([www.asemana.cv](http://www.asemana.cv))<sup>31</sup>. Os canais seleccionados terão seis meses, renováveis por igual período de tempo, para começarem a emitir.

## Considerações finais

A comunicação social cabo-verdiana atravessa um momento de grande transformação. Há dois sectores que surgem em destaque: o digital e a televisão. Neste momento, verifica-se uma certa aposta no sector da informação electrónica, havendo, em Cabo Verde, órgãos de comunicação social tradicionais que procuram o ciberespaço como um terreno de expansão (*A Semana, Expresso das Ilhas, Praia FM, Crioula FM*, etc.) e outros projectos, essencialmente digitais (*Visão News, Liberal, Paralelo14, Voz Di Povo On-line*, etc.). Uma boa percentagem dos leitores da imprensa digital cabo-verdiana reside fora do país, mas hoje há um número considerável de pessoas que acedem às páginas dos jornais a partir de dentro do arquipélago. No entanto, não há dúvidas de que uma grande parte da população cabo-verdiana ainda não consegue manter, em casa, um serviço de Internet, pelo que é necessário que haja uma política de democratização do espaço digital, tornando os equipamentos informáticos e as próprias mensalidades dos serviços de Internet acessíveis à maioria dos cidadãos.

Por outro lado, a televisão é um sector de grande relevo para a sociedade cabo-verdiana e, no início de 2007, contou com um novo impulso, que promete marcar uma nova era na comunicação social cabo-verdiana, com o licenciamento de mais quatro canais generalistas e em sinal aberto: RTI, Record Cabo Verde, Nós TV e TIVER. O grande problema aqui é saber se um mercado com cerca de meio milhão de pessoas tem capacidade para suportar quatro canais privados e um público, todos em sinal aberto, para além de dois serviços de televisão por assinatura. Em Portugal, quando o Governo de Durão Barroso mostrou interesse em desfazer-se do segundo canal, a Cofina quis viabilizar economicamente o segundo canal da RTP, mas a SIC e a TVI argumentaram que o mercado não suportava mais um canal em sinal aberto. Alcides Vieira, em entrevista, chega mesmo a dizer que seria a morte dos quatro (SIC, TVI, RTP1 e o tal quarto canal). Fazendo uma análise comparativa entre os dois mercados,

<sup>31</sup> Site oficial do jornal *A Semana*: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=22259](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=22259), consultado a 25 de Janeiro de 2006.



uma questão se impõe: como é que irão sobreviver os cinco canais em sinal aberto, num país com menos de meio milhão de habitantes, onde a Lei da Televisão (Artigo 6.º) determina que a actividade de televisão não pode ser exercida nem financiada por partidos ou associações políticas, organizações sindicais, patronais ou profissionais, confissões religiosas e por autarquias locais ou suas associações, directamente ou através de entidade em que detenham capital?

## Bibliografia

- Agência Nacional de Notícias – Inforpress: [www.inforpress.cv](http://www.inforpress.cv), consultado a 12 de Agosto de 2006.
- Almeida, R. <http://www.umassd.edu/SpecialPrograms/caboverde/cvchronp.htm>, consultado a 15 de Junho de 2006.
- A Semana*, edição de 31 de Dezembro de 2004.
- Assembleia Nacional: Resolução n.º 5-A de 2001, de 13 de Março; *Boletim Oficial*, I Série, n.º 6, Programa do Governo.
- Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde: ‘Descoberta e Colonização’, in <http://www.portugalcaboverde.com>, consultado no dia 7 de Maio de 2006.
- Assembleia da República (1993) *Constituição da República de Cabo Verde*, Cidade da Praia: Produção da Assembleia Nacional.
- Direcção Geral da Administração Eleitoral: [www.dgae.cv](http://www.dgae.cv), consultado a 10 de Maio de 2006.
- Évora, S. L. ‘As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os ‘definidores primários’ das discussões’, in *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Universidade de Beira Interior, Covilhã, Dezembro de 2005.
- Évora, S. L. ‘Políticas de comunicação e contexto mediático cabo-verdiano’, in *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Universidade de Beira Interior, Covilhã, Janeiro de 2006 (1).
- Évora, S. L. ‘A Dualidade Linguística no Jornalismo Cabo-verdiano’, publicado pela *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Universidade de Beira Interior, Covilhã, Março de 2006 (2).
- Monteiro, F. Comunicação apresentada no âmbito da Palestra de Comemoração dos 50 anos da *Revista Claridade*, organizada pela Associação dos Jornalistas Cabo-verdianos (in <http://casadosjornalistas.blogspot.com/2005/02/historia-dos-media.html>, consultado a 17 de Agosto de 2006).
- MpD (2005) *Estado da Nação: É preciso falar a verdade*, Cidade da Praia: Edição do Gabinete de Estudos Estratégicos do MpD.
- Oliveira, J. N. (1998) *A Imprensa Cabo-verdiana*, Macau: Edições da Fundação Macau.
- Página oficial do Governo de Cabo Verde: [www.governo.cv](http://www.governo.cv)
- Querido, C. (2005) *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*, Lisboa: Edição Instituto Português de apoio ao Desenvolvimento/Centro de Documentação e Informação.
- Silva, A. C. ‘Das Descobertas Henriquinas de Cabo Verde’, in [www.governo.cv](http://www.governo.cv), consultado a 15 de Maio de 2006.
- Silva, A. C. <http://www.governo.cv/paishistoria.html>, consultado a 15 de Maio de 2006.
- Site oficial da Agência Pana: <http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por022923&dte=01/08/2005>, consultado a 17 de Agosto de 2006.
- Site oficial do jornal Liberal: <http://www.liberalcaboverde.com/index.asp?IdEdicao=50&cidSeccao=482&cid=7937&Action=noticia>, consultado a 17 de Agosto de 2006.
- Site oficial da Associação Artística e Cultural Mindelact: <http://mindelact.com/edicoes.htm>, consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial da Cabo Verde Telecom: <http://www.nave.cv/cvtelecom/xmlthisnews.asp?notid=31032006181830736brava%5Finforpress&catid=brava%5Finforpress>, consultado a 15 de Maio de 2006.

Site oficial da Rádio Nova: <http://www.radionovaonline.com/2.htm>, consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *A Semana*: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=19057](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=19057), consultado a 3 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *A Semana*: [http://www.asemana.cv/article-imprim.php3?id\\_article=17151](http://www.asemana.cv/article-imprim.php3?id_article=17151), consultado a 11 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *A Semana*: <http://www.asemana.cv/PDF/asemana-757.pdf>, consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *A Semana*: [http://www.asemana.cv/article.php3?id\\_article=22231](http://www.asemana.cv/article.php3?id_article=22231), consultado a 25 de Janeiro de 2007.

Site do jornal digital *Liberal*: <http://www.liberal-caboverde.com/index.asp?idEdicao=50&id=10152&idSeccao=534&Action=noticia>, consultado a 15 de Janeiro de 2006

Site oficial do jornal *Expresso das Ilhas*: [http://www.expressodasilhas.cv/c\\_base.php?gc=Ver%20notícia&id=1512](http://www.expressodasilhas.cv/c_base.php?gc=Ver%20notícia&id=1512), consultado a 9 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=71&Itemid=148](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=71&Itemid=148), consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=68&Itemid=148](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=148), consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal digital *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1723&Itemid=88](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=1723&Itemid=88), consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=68&Itemid=148](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=148), consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=69](http://www.paralelo14.com/p14/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=69), consultado a 16 de Agosto de 2006.

Site oficial do jornal *Paralelo14*: [http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1062&Itemid=51](http://www.paralelo14.com/p14/index.php?option=com_content&task=view&id=1062&Itemid=51), consultado a 17 de Agosto de 2006.

Sousa, H. (1992) “The Impact of the BBC in Lusophone Africa” (Tese de Mestrado), London: The City University – Communication Research Center.

Sousa, H. (1993) BBC nos PALOP's: Análise do Significado Político, *Risco*, n.º 20 – Ano IX – Outubro/Inverno, 1993.

TudoDirecto.Com: [http://www.tudodirecto.com/td/index.php?option=com\\_content&task=view&id=68&Itemid=56](http://www.tudodirecto.com/td/index.php?option=com_content&task=view&id=68&Itemid=56), consultado a 15 de Novembro de 2006.